

Eixo temático: Linha 04 - Políticas Educacionais, Gestão de Sistemas e Organizações, Trabalho e Movimentos Sociais

Categoria pesquisa com resultados parciais

CURSO TÉCNICO EM AGROINDÚSTRIA: Uma análise da alternância pedagógica no Instituto Federal do Pará - Campus Marabá Rural

LIMA, Andreia do Nascimento

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

NOVAES, Henrique Tahan

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

E-mail para contato: andreia.nlima7@gmail.com

RESUMO

A Educação do Campo traz a metodologia da alternância pedagógica como proposta de alternar tempos-espacos formativos na escola e na comunidade de forma intensiva na articulação intrínseca entre teoria e prática, do ensino, da pesquisa e da extensão. Assim o estudo buscou compreender por que e como a metodologia da Alternância Pedagógica foi concebida no Curso Técnico em Agroindústria do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) – *Campus Marabá Rural* (CRMB), traçando como objetivo geral analisar os pressupostos teórico metodológicos da alternância pedagógica do curso técnico em agroindústria à luz do projeto pedagógico deste curso, e trazendo como objetivos específicos: contextualizar o processo histórico de criação do campus onde está inserido o curso técnico em agroindústria e analisar os pressupostos teórico metodológicos que fundamentaram a criação do *campus Marabá Rural*. E para atingir os objetivos propostos a pesquisa tomou como referência teórica os estudos do trabalho como princípio educativo e foi produzido a partir da abordagem qualitativa, buscando elementos norteadores por meio da pesquisa bibliográfica e documental. Tomando como elemento de análise a organização do projeto político pedagógico do curso, a pesquisa obteve como resultado a identificação da alternância como centralidade, sendo um instrumento impulsionador da referida articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Acrescenta-se a isto o comprometimento da formação profissional, materializada sob a perspectiva da Educação do Campo, com o projeto de desenvolvimento da região do Sudeste do Pará, em uma nova forma de produzir conhecimento, fundamentando a escola do campo como espaço de construção da matriz tecnológica e produtiva, por meio da conquista histórica do território e do campus instalado dentro de um assentamento de reforma agrária.

Palavras-chave: Alternância Pedagógica; Educação do Campo; Curso Técnico em Agroindústria.

ABSTRACT

Rural Education brings the methodology of pedagogical alternation as a proposal to alternate formative times and spaces between school and the community intensively, with an intrinsic connection between theory and practice, teaching, research, and extension. Therefore, this study sought to understand why and how the Pedagogical Alternation methodology was conceived in the Agroindustry Technical Course at the Federal Institute of Science and Technology of Pará (IFPA) - Marabá Rural Campus (CRMB), with the overall objective of analyzing the theoretical-methodological assumptions of pedagogical alternation in the agroindustry technical course in light of the pedagogical project of this course. Specific objectives included contextualizing the historical process of the creation of the campus where the agroindustry technical course is located and analyzing the theoretical-methodological assumptions that underpinned the creation of the Marabá Rural campus. To achieve these objectives, the research used the theoretical framework of labor studies as an educational principle and was conducted using a qualitative approach, seeking guiding elements through literature and documentary research. Using the organization of the course's pedagogical political project as an analytical element, the research identified alternation as central, serving as a driving force for the aforementioned integration between teaching, research, and extension. Additionally, it highlighted the commitment to professional training, materialized within the perspective of Rural Education, towards the development project of the Southeastern region of Pará, in a new way of producing knowledge, grounding the rural school as a space for constructing the technological and productive matrix through the historical conquest of the territory and the campus established within a land reform settlement.

Keywords: Pedagogical Alternation; Rural Education; Technical Course in Agroindustry.

Introdução

“A educação é um direito de todos e dever do Estado e da família e deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, preparando para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, Constituição Federal, art. 205, 1988). Sendo assim, a educação é um direito social de todos os brasileiros, independentemente de localização ou status social. Contudo, a educação se

apresenta historicamente de maneira diferente na sociedade brasileira, sem equidade, sem respeitar a origem, os espaços ocupados e a cultura dos povos.

Diante desse cenário, a luta por uma educação pública básica, superior, continuada e de qualidade tem sido um desafio que desencadeou debates nos movimentos sociais para atender a esse direito social dos povos do campo.

A Educação do Campo nasceu como uma crítica à educação brasileira, em especial à situação educacional das pessoas que trabalham e vivem no/do campo. Surgiu para romper com a ideia de Educação Rural, com a concepção de escolarização como um instrumento de adaptação do ser humano ao produtivismo e à idealização de um mundo de trabalho urbano (CALDART, 2009 e 2012).

A história da humanidade é marcada pela divisão entre campo e cidade, e até há pouco tempo, as pessoas do campo eram consideradas apenas aquelas que não residiam nas cidades. No entanto, a concepção de "povos do campo" transcendeu essa ideia e passou a considerar categorias e características culturais que definem o "ser do campo" (RECHENE, 2017). Dessa forma, são considerados povos do campo: agricultores familiares, camponeses, agroextrativistas, quilombolas, pescadores artesanais, ribeirinhos e trabalhadores rurais assalariados sindicalizados, indígenas, acampados, assentados, colonos, camponeses, entre outros, que se autodeclararem como tal (IFPA, 2017).

A concepção de Educação do Campo se contrapõe à educação rural que se materializa no currículo e no calendário escolar padronizado, assim como no funcionamento da escola baseada no modelo tradicional/tecnicista. Essa última tem como foco central a formação de trabalhadores obedientes e gratos ao patrão. Ao contrário disso, a Educação do Campo se fundamenta em uma concepção de currículo que parte da realidade do campo em que os estudantes estão inseridos, considerando suas culturas. O objetivo é identificar essas realidades, problematizá-las e colocá-las em diálogo com os conhecimentos científicos, visando a construção de soluções concretas, sem negligenciar a formação humana com vistas à emancipação, condição necessária para a transformação da realidade do campo. Essa concepção exige que as populações se tornem protagonistas de sua própria formação, o que implica em colocar em diálogo o trabalho, a cultura, a ciência e a tecnologia em prol da qualidade de vida e da melhoria do processo de sucessão familiar no campo.

A educação dos povos do campo, também conhecida como Educação do Campo, deve ser concebida conforme Scalabrin (2011, p. 18):

(...)na expressão do e no campo, em que no campo, indica a necessidade de a escola estar localizada no espaço geográfico, político e social do campo, possibilitando a

apropriação e sistematização do conhecimento produzido no âmbito da ciência; e, do campo, representa a educação construída/produzida com as populações do campo, a partir de seus interesses e necessidades, implicando na estruturação de um currículo que priorize e valorize os valores expressos por essas populações. A concepção de Educação do e no Campo pressupõe o desenvolvimento de protagonismo e de participação efetiva e crítica dos sujeitos, enquanto produtores de sua história, de lutas sociais, com acúmulo de conhecimento sobre a vida e o meio em que vivem e trabalham. (SCALABRIN, 2011, p 18).

Quando nos referimos à educação profissional do campo, estamos incorporando o conceito formulado por Caldart (2009, p. 7):

Consiste na educação profissional feita desde os parâmetros político-pedagógicos da Educação do Campo [...] Educação Profissional do Campo não é a mesma coisa que escola agrícola ou cursos técnicos em agropecuária ou cursos superiores de Agronomia e veterinária. Ela inclui a preparação para diferentes profissões que são necessárias ao desenvolvimento do território camponês: agroindústria, gestão, educação, saúde, comunicação, mas sem desconsiderar que a produção agrícola é a base da reprodução da vida e por isso deve ter centralidade na formação para o trabalho do campo. (CALDART, 2009, p. 7).

A pedagogia da alternância tem se destacado como um dos exemplos mais relevantes da Educação do Campo. Envolve muito mais do que um método, sendo uma prática pedagógica que estabelece relações com a comunidade à qual os estudantes estão inseridos e que engloba a sociedade como um todo.

A exemplo de outras metodologias, a pedagogia da alternância surgiu para atender à necessidade do educando de um contexto social específico. A formação por alternância foi concebida como uma proposta educacional capaz de lidar com os problemas socioeconômicos enfrentados pelos produtores rurais. No Brasil, teve origem no estado do Espírito Santo (SCHIMITT; PADILHA, 2017).

Na sua origem a Pedagogia da Alternância foi apoiada por um padre católico e funcionava da seguinte forma:

(...) alternavam-se tempos em que os jovens permaneciam na escola – que naquele primeiro momento consistia em espaço cedido pela própria paróquia – com tempos em que estes ficavam na propriedade familiar. No tempo na escola, o ensino era coordenado por um técnico agrícola; no tempo na família, os pais se responsabilizavam pelo acompanhamento das atividades dos filhos. (TEIXEIRA et al., 2008, p. 229)

A Pedagogia da Alternância, enquanto proposta educacional, enfrenta desafios para garantir que os jovens do campo possam cursar os diversos níveis e modalidades de ensino. Seu

objetivo principal é assegurar a formação humana desses indivíduos e promover o desenvolvimento sustentável do campo (CORDEIRO et al., 2011, p. 116).

Em paralelo à pedagogia da alternância, encontramos a educação profissional agrícola, que muitas vezes adota abordagens assistencialistas e tecnicistas, voltadas para atender às demandas do agronegócio. De acordo com Marinho (2016), a Educação Profissional Agrícola reflete as contradições sociais presentes na sociedade e reproduz uma abordagem educacional autoritária. O autor também menciona que a reforma camponesa ocorrida entre os anos de 1942 e 1946 possibilitou a integração entre o ensino básico e o profissional. Essa integração, conforme o autor, envolveu diversos atores sociais, como governo, sociedade civil, movimentos sociais, educadores e educandos, resultando no surgimento de várias escolas do campo, incluindo o Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará/Marabá Rural.

Em 2008, por meio da lei nº 11.892 de 29 de dezembro, o governo federal, através do Ministério da Educação, estabeleceu a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, dando origem aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, incluindo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA (BRASIL, 2008). O IFPA foi formado pela integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará - CEFET e das Escolas Agrotécnicas Federais de Castanhal e de Marabá. Ele é composto por 18 campi distribuídos nas seguintes cidades: Belém, Ananindeua, Castanhal, Cametá, Santarém, Altamira, Itaituba, Conceição do Araguaia, Parauapebas, Tucuruí, Abaetetuba, Bragança, Paragominas, Breves, Óbidos, Vigia, Marabá, além de uma unidade da Reitoria em Ananindeua/PA. No município de Marabá, o instituto possui dois campi: Marabá Industrial e Marabá Rural - CRMB.

O CRMB se diferencia dos demais campi do IFPA devido a um processo histórico de luta e enfrentamento dos camponeses e movimentos sociais, com o objetivo de atender os indivíduos provenientes das áreas rurais, como ribeirinhos, indígenas de diversas etnias, quilombolas, trabalhadores rurais assalariados, assentados, quebradeiras de coco, extrativistas, entre outros. O campus está situado no Projeto de Assentamento 26 de Março do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a 28 km da cidade de Marabá, na mesorregião do Sudeste do Pará. Sua localização é na BR 155 (antiga PA 150), no sentido de Eldorado dos Carajás, próximo à vila Sororó.

A missão do Campus Marabá Rural é promover a Formação Profissional, Tecnológica e Superior direcionada aos povos do campo que organizam o território do sudeste do Pará para a produção de sua própria existência. Esses povos incluem agricultores familiares, camponeses,

agroextrativistas, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais e ribeirinhos. O objetivo é buscar harmonia com a consolidação e o fortalecimento das potencialidades sociais, ambientais, culturais e econômicas dos arranjos produtivos locais e regionais (IFPA, 2017).

Para enfrentar os desafios relacionados a questões como conflitos, monocultivos, trabalho escravo e, principalmente, mão de obra pouco qualificada, o Campus Marabá Rural foi estabelecido nas regiões Sul e Sudeste do Pará. Seu objetivo é incentivar a Agricultura Familiar Camponesa por meio da educação do campo, emergindo com a proposta de gerar emprego e renda, além de promover a construção e preservação da identidade das pessoas que vivem no campo (RECHENE, 2017). A metodologia de ensino adotada é a pedagogia da alternância.

É relevante destacar que, na perspectiva do Campus Marabá Rural, os procedimentos teóricos e metodológicos da pedagogia da alternância são intrínsecos aos camponeses (povos do campo). Para aplicar essa metodologia no âmbito do campus, houve uma adaptação desses princípios para um contexto institucional, resultando no termo "alternância pedagógica".

O Curso Técnico em Agroindústria (CTAI) do IFPA CRMB surgiu como resposta a demandas dos movimentos sociais do campo. Originou-se da necessidade de qualificar agricultores e filhos de agricultores familiares das áreas de Assentamentos de Reforma Agrária da Região Sudeste do Pará, preparando-os para o beneficiamento e processamento de produtos agrícolas. O curso adota a metodologia da alternância pedagógica, incorporando os princípios, conceitos e concepções da Educação do Campo. O programa de estudos inclui momentos de formação tanto na escola quanto na comunidade. O período escolar funciona em regime de internato, enquanto o período na comunidade é dedicado a pesquisa e trabalho junto às famílias (IFPA, 2021).

Considerando os fatores inerentes ao campus, como ser uma instituição pública federal, ser o único campus do Instituto Federal (IF) a utilizar a metodologia da alternância pedagógica em todos os cursos ofertados, atender diversas comunidades de diferentes regiões de um estado com grande extensão territorial e receber educandos de diferentes realidades socioculturais, a pesquisa tem como objetivo abordar a seguinte questão: Por que e como a metodologia da Alternância Pedagógica foi concebida no Curso Técnico em Agroindústria do IFPA Campus Marabá Rural?

A pesquisa foi organizada com a definição de um objetivo que serviria como guia para responder à questão proposta. Esse objetivo era **analisar os pressupostos teórico metodológicos da alternância pedagógica do curso técnico em agroindústria à luz do projeto pedagógico deste curso**. Além disso, foram estabelecidos objetivos específicos para orientar a pesquisa:

- a) Contextualizar o processo histórico de criação do campus onde está inserido o curso técnico em agroindústria;
- b) Analisar os pressupostos teórico metodológicos que fundamentaram a criação do *campus* Marabá Rural.

Metodologia

A presente pesquisa foi conduzida no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Marabá Rural. Para atender aos objetivos propostos, foram adotados procedimentos que incluíram um levantamento bibliográfico sobre o tema em questão. Esse levantamento foi utilizado como prática de referência para análises e para contribuir na elucidação dos dados da pesquisa. A pesquisa bibliográfica envolveu a busca por teses e dissertações produzidas nos programas de pós-graduação, utilizando o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e o portal de periódicos da CAPES. Foram utilizadas palavras-chaves como “pedagogia da alternância “+” educação profissional” + “Instituto Federal”, “educação do campo”, “alternância pedagógica”, “pedagogia da alternância”. Além disso, foram realizadas buscas por dissertações, teses e livros de pesquisadores da região do sudeste do Pará que contribuem para a discussão das lutas dos povos do campo, educação do campo e pedagogia da alternância na área. Também foram consultados livros sobre as origens da pedagogia da alternância na França e no Brasil. Outro procedimento adotado foi um levantamento documental, envolvendo a análise de documentos como o Projeto Político do Curso Técnico em Agroindústria, o Projeto Político Pedagógico do Campus, atas de reuniões do Conselho Diretor do Campus, a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394/96, bem como resoluções e portarias relacionadas à criação do campus e do curso. Esses documentos foram considerados fontes de evidência que fundamentam as afirmações e declarações da pesquisa.

Resultados

O campus Marabá Rural do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA/CRMB) é descendente da Escola Agrotécnica de Marabá criado no final de 2005 por meio do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL/SETEC/MEC). A Escola Agrotécnica de Marabá tem sua origem marcada por lutas e desafios para a implantação de sua sede no meio rural, em um contexto histórico de participação ativa dos movimentos sociais, e surge como

uma proposta que contrapõe o projeto desenvolvimentista do agronegócio na região, com objetivo de fortalecer a agricultura familiar camponesa por meio da formação técnica profissional dos povos do campo. O marco dessa conquista se deu com a implantação da pedra fundamental da escola em 19 de dezembro de 2008 no Projeto de Assentamento 26 de março (antiga fazenda cabaceira, desapropriada após uma longa jornada de 10 anos de acampamento).

Através da Lei nº 11.892 de 29/12/2008, a Escola Agrotécnica Federal de Marabá, juntamente com a Escola Agrotécnica Federal de Castanhal e o Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (CEFET/PA), passaram a integrar a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica dos IF's (BRASIL, 2008). O campus foi então denominado Campus Rural de Marabá, popularmente conhecido como "CRMB", a partir de 30 de dezembro de 2008, por meio do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica. Contudo, em 10 de junho de 2014, por meio da Portaria nº 505 do Ministério da Educação, o campus passou a ser chamado Campus Marabá Rural, mantendo a sigla CRMB. O surgimento dos institutos federais representou uma mudança significativa baseada no conceito de educação profissional e tecnológica. Gomes (2021) considera que esses Institutos são espaços relevantes para construir caminhos para o desenvolvimento local e regional, por meio da integração com outras políticas sociais.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) foi concebido como resultado do esforço coletivo e do comprometimento de várias lideranças (sujeitos sociais da região), em conjunto com a equipe de servidores da instituição, desenvolvido considerando as particularidades do local onde o campus está situado, a necessidade por uma educação de alta qualidade comprometida com a sustentabilidade e as comunidades camponesas e povos tradicionais da região. Ele se baseou nos princípios da pedagogia da alternância e nos conceitos agroecológicos, indo além de uma perspectiva de ciência voltada para a vida dos estudantes (IFPA, 2010).

Na busca por atender às demandas das lutas e reivindicações dos movimentos sociais do campo por uma educação pautada na realidade camponesa e por promover formação de jovens e adultos oriundos do campo, posicionando-se como uma instituição de função social, o Projeto Político Pedagógico (PPP) do campus apresenta os seguintes princípios e pressupostos sócio-políticos (IFPA, 2010):

- A Educação do Campo como princípio filosófico e pedagógico;
- A conquista da cidadania como tarefa contemporânea e da educação como instrumento da luta pela hegemonia;
- O trabalho como princípio educativo e a vinculação entre Educação e Trabalho;
- Os povos do campo como trabalhadores e cidadãos;
- A cultura como princípios educativos;

- A pesquisa como princípio e estratégia educativa;
- A gestão pública como princípios democráticos e de participação.

A proposta pedagógica do campus, segundo o IFPA (2017), pretende refletir sobre a aprendizagem, respeitando os modos de vida dos povos do campo. No processo formativo de seus diferentes cursos, organiza-se de maneira a refletir sobre os tempos e espaços formativos, considerando a realidade rural.

Diante disso, para que ocorra um processo de ensino/aprendizagem significativo com Formação que promova a autonomia intelectual dos sujeitos e reconhece seu papel como protagonistas na transformação de sua realidade utiliza os princípios da pedagogia da alternância, que foi institucionalizada como alternância pedagógica, o campus organiza seu calendário acadêmico considerando a alternância, a articulação e a integração de diferentes momentos e atividades de formação, chamados de Tempo-Espaço Comunidade e Tempo-Espaço Escola/Acadêmico. O primeiro momento refere-se à vivência, pesquisa, experimentação e ressignificação dos conteúdos escolares, bem como dos saberes e práticas tradicionais dos estudantes, nas realidades do ambiente doméstico e comunitário em que vivem. O segundo momento ocorre quando os estudantes estão envolvidos em atividades na escola no formato de internato, com o objetivo de construir conhecimentos científicos para refletir sobre a realidade diagnosticada em suas comunidades (IFPA, 2017).

O debate sobre a necessidade de ampliação dos cursos no *campus* se iniciou por meio dos representantes dos movimentos sociais no Conselho Diretor da instituição (CONDIR)¹ impulsionados pela necessidade do desenvolvimento rural sustentável da região que ia muito além da produção agrícola (muito além da formação no curso técnico em agropecuária, curso ofertado na época), havia a necessidade de formação para diferentes profissões, dentre elas técnicos em agroindústrias, profissionais capazes de entender a necessidade e os processos de beneficiamento dos alimentos produzidos na região. Isso visa diversificar cada vez mais a produção dos agricultores familiares, permitindo-lhes processar seus próprios alimentos, seja para subsistência, seja para comercialização. Essa ampliação de cursos também busca romper com a ideia de que a produção é destinada somente para abastecer grandes agroindústrias da região, que exportam a maioria de suas produções, como laticínios e frigoríficos, por exemplo.

¹ O Conselho Diretor (CONDIR) é o órgão consultivo máximo do Campus, representando uma conquista da sociedade civil organizada para garantir sua voz dentro da instituição. Ele é uma forma de participação que envolve os movimentos sociais, docentes, discentes, técnicos administrativos, pais e egressos nas ações desenvolvidas e na gestão do campus. O CONDIR é concebido para promover o protagonismo dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

A demanda do curso técnico em agroindústria partiu do Movimento Sem Terra em reunião no CONDIR em 2013 e a partir de então começou o envolvimento dos movimentos sociais na construção da proposta desse curso utilizando a alternância pedagógica já utilizada no campus no curso técnico em agropecuária, esse envolvimento fortaleceu o diálogo entre o campus e a comunidade refletindo abordagem participativa e colaborativa adotada para atender às necessidades reais e específicas dos povos do campo, alinhada com os princípios da pedagogia da alternância.

A proposta de criação do curso se deu por meio da elaboração do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), e a primeira turma seria com financiamento do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), e seria oferecido a agricultores que possuam ensino médio completo, um curso técnico na modalidade subsequente ao ensino médio. É fundamental ressaltar que o processo de criação do curso não ocorreu de forma rápida, e a colaboração do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) foi de grande importância para a instituição e que durante o processo oficial de criação do curso no IFPA, o campus estava em contínuo diálogo com o INCRA, visando à oferta do curso em parceria por meio do PRONERA.

A emissão do Ato Autorizativo do curso técnico em agroindústria pelo Conselho Superior do IFPA (CONSUP) se concretizou com a aprovação do PPC do curso em 29 de outubro de 2015, resultando na emissão da Resolução 129/2015 e da Portaria nº085/2015. Em 21 de dezembro, o campus recebeu a notícia de que a Matriz do Curso estava disponível no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) do IFPA.

O projeto piloto se configurava como uma oportunidade para formar jovens como interlocutores qualificados na área agroindustrial. Eles estariam capacitados a atuar profissionalmente de maneira flexível e crítica no contexto regional. Essa abordagem está alinhada com o que Granereau (2020) almejava ao iniciar o movimento da pedagogia da alternância:

Pierre-Joseph Granereau ... pretendeu justamente criar uma escola camponesa própria, de elevada qualidade moral e técnica, para formar uma nova cepa de dirigentes, chefes, que liderassem o desenvolvimento do território camponês, quebrando a atávica submissão econômica, política, social e cultural à cidade. (GRANEREAU, 2020, p. 13).

A proposta do curso estabeleceu princípios, itinerários formativos e estratégias que abrangeram as iniciativas individuais e coletivas sobre a prática de pesquisa na realidade, vivência, situações e relações sociais. Essas atividades visaram a promover a cooperação e solidariedade, além englobar avaliação e sistematização de experiências vivenciadas,

acompanhadas pela reflexão sobre os saberes construídos pelos sujeitos. Esses elementos criaram condições para o desenvolvimento de ações técnicas e profissionais que serviram como um fio condutor para a transformação da realidade socioeconômica dos sujeitos. Os elementos de interação pedagógica estão presentes na alternância dos tempos educativos na escola e na comunidade. Essa abordagem considera a pesquisa da realidade como um princípio educativo e ponto de partida para o processo de aprendizado.

O uso da pedagogia da alternância no curso traz uma possibilidade para uma educação adaptada às necessidades sociais e históricas dos camponeses, com o propósito de reduzir o êxodo rural, desenvolver o campo e superar as condições de abandono e pobreza existentes. E de acordo com Nascimento (2005) essa abordagem busca promover uma formação conscientizadora dos jovens e suas famílias, integrada às comunidades em que vivem.

Conclusão

Pode-se afirmar que o *campus* Marabá Rural do IFPA é resultado das lutas mobilizadas pelos povos do campo da região do sudeste paraense: ribeirinhos, indígenas de várias etnias, quilombolas, assalariados rurais, assentados, quebradeiras de coco, extrativistas, entre outros. Foram anos de lutas para alcançar esta conquista, que é considerada um dos maiores símbolos de resistência da luta dos povos do campo. Até sua concretização, trilhou um caminho marcado por lutas, desafios, reflexões e anos de diálogos entre os povos do campo, movimentos sociais, comunidade civil organizada e instituições públicas governamentais que compõem o território do sudeste paraense.

Ao discutir os pressupostos teóricos metodológicos que fundamentaram a criação do *campus* observa-se que o Projeto Político Pedagógico do mesmo estabelece a educação como princípio que impulsiona a construção do conhecimento, respeitando as diferenças, valorizando a diversidade sociocultural e étnica dos povos do campo na perspectiva do ensino integrado ao trabalho, à ciência, à tecnologia e às dimensões políticas, sociais, econômicas e culturais das populações do campo, das águas e da floresta, na busca por garantir a valorização humana em um projeto de produção sustentável. A educação como instrumento de conquista da cidadania, de transformação do ser humano, capacitando-o a romper com a hegemonia dominante assim como na conquista da implantação desse campus dentro de um assentamento de reforma agrária.

É importante destacar que a proposta pedagógica do campus é de um processo formativo contínuo, sistemático e participativo, visando envolver todos os sujeitos, estudantes, servidores

e a comunidade, de forma a desempenharem um papel ativo e dinâmico no processo pedagógico e na vida política e cultural da escola e de suas comunidades.

Com relação a maneira como o curso técnico em agroindústria surgiu no campus e foi concebido pode-se perceber que o processo teve a participação ativa de representantes da sociedade civil por meio da participação no CONDIR da instituição que revela a extrema importância da gestão democrática e articulação da escola com a comunidade da região caracterizando um dos princípios da pedagogia da alternância.

O Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agroindústria analisado demonstra que a proposta do curso está alicerçada na abordagem da alternância pedagógica desenvolvida para atender não somente à população de Marabá, mas também aos municípios circundantes da região. O campus dispõe de alojamentos, laboratórios, biblioteca e toda a infraestrutura necessária, proporcionando aos educandos a oportunidade de conduzir pesquisas e estudos que resgatem os conhecimentos e as experiências dos agricultores. Isso resulta na geração de tecnologias adaptadas à realidade desses sujeitos, promovendo vivências compartilhadas. Além disso, o projeto oferece um processo de aprendizagem que não induz ao êxodo rural, uma vez que fomenta uma autonomia intelectual. Isso capacita os egressos a se engajarem em transformações sociais, adquirindo acesso ao conhecimento, à ciência e à tecnologia de forma contextualizada em relação às condições de vida das comunidades do campo, especialmente nos assentamentos da região.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm>. Acesso em: 15 de janeiro de 2022

CALDART, Roseli. Educação profissional na perspectiva da educação do campo. In: **FORUM MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**, 2009, Brasília. Debate 12, Brasília, 23 a 2 de novembro de 2009.

_____. **Educação do campo**. In: CALDART, Roseli Salete; FRIGOTTO, Gaudêncio; ALENTEJANO, Paulo; PEREIRA, Isabel Brasil. (Orgs.). *Dicionário da educação do campo*. 2º ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CORDEIRO, Georgina Negrão Kalife; REIS, Neila da Silva; HAGE, Salomão Mufarrej. *Pedagogia da Alternância e seus desafios para assegurar a formação humana dos sujeitos e a sustentabilidade do campo*. **Em Aberto**, v. 24, n. 85, p. 115-125, 2011.

GOMES, Maria Suely Ferreira. **Território Camponês do Sudeste do Pará: a construção da educação do campo**. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás/GO. 2021. p. 435.

GRANEREAU, Abbé. **O Livro de Lauzun: onde começou a pedagogia da alternância**. 1ª ed. Fortaleza: Edições UFC, 2020.

IFPA, Instituto Federal do Pará. *Campus Rural de Marabá*. Secretária de Educação Profissional e Tecnológica. **Projeto Político Pedagógico do Campus Marabá Rural**. Marabá - PA, 2010.

_____. **Projeto Político Pedagógico do Campus Marabá Rural**. Marabá - PA, 2017.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio**. Marabá - PA, 2021.

MARINHO, Dalcione Lima. **Rompendo Cercas e Construindo Saberes: a juventude na construção da educação profissional do campo no sudeste do Pará**. Recife: Imprime, 2016.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **A educação camponesa como espaço de resistência e recriação da cultura: um estudo sobre as concepções e práticas educativas da Escola Família Agrícola de Goiás – EFAGO**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas/MG. 2005. p. 318.

RECHENE, Suzenny Texeira. **Olhares e percepções sobre alternância pedagógica: o caso do IFPA – Campus Marabá Rural**. 2017.36 f. Monografia (Curso de Especialização Docência para Educação Profissional, Científica e Tecnológica) — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA, Marabá, 2017.

SCALABRIN, Rosemeri. **Diálogos e Aprendizagens na formação em agronomia para assentados**. (Tese – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte), 2011.

SCHIMITT, Deodete Maria das Neves; PADILHA, Anna Maria Lunardi. A Pedagogia da Alternância na Escola Família Agrícola Zé de Deus em Colinas do Tocantins. In: I Congresso Internacional de Educação do Campo da Universidade Federal do Tocantins – Educação do Campo: descolonização de saberes, 2016, Tocantinópolis. **Anais...** Tocantinópolis: UFT, 2017.

TEIXEIRA, Edival Sebastião; BERNARTT, Maria de Lourdes; TRINDADE, Glademir Alves. Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa. **Educação e pesquisa**, v. 34, n. 2, p. 227-242, 2008.